

COMPRASNET

Pregão Eletrônico



Esclarecimento 03/11/2020 15:17:17

Questionamento 01: Conforme determinação das normas fiscais em vigor, a Certisign está obrigada a emitir notas fiscais distintas para produtos (mídias criptográficas), certificados digitais e validações presenciais. Lembramos ao contratante que as distinções das notas fiscais seguem a regulamentação de ISS e ICMS. A contratante concorda com essas condições? Questionamento 02: Caso ocorra a invalidação, revogação em decorrência da utilização indevida do certificado e mau uso dos hardwares (tokens, smart card e leitoras), se por ventura o usuário danificar (por exemplo: quebrar, perder, molhar, etc) a mídia que armazena o certificado, ou no caso do usuário apagar o seu certificado da mídia, bloqueá-la por esquecimento de senha, (PIN e PUK), as despesas de nova emissão de certificado digital e troca dos hardwares será de responsabilidade da Contratante? Questionamento 03: Considerando o longo período contratual, perguntamos à contratante se mediante comunicado formal, poderá ser fornecido mais de um modelo de mídia criptográfica, compatível com o objeto e devidamente homologada pelo ITI (Instituto de Tecnologia da Informação) e pelo Inmetro? Afirmamos que tal necessidade não impactará no pleno atendimento do contrato. Questionamento 04: Em relação às validações na Contratante, poderá ser estabelecido junto a Contratada um cronograma para execução do objeto, considerando um volume fixo de validações/dia (10 certificados) para que o tempo seja otimizado? Questionamento 05: A Contratante disponibilizará a contratada para as emissões dos certificados, impressora, scanner, telefone e internet para que os atendimentos sejam executados com eficiência, considerando que poderá haver intermitência no sinal do 4G, impactando diretamente no tempo do atendimento? Questionamento 06: Ressaltamos que a configuração inicial dos tokens é acordo com a normativa do ITI (Instituto de Tecnologia da Informação) órgão que regula a certificação digital no Brasil por motivos de segurança, onde exige no DOC ICP-10, no MCT3- vol II, pag. 51 e 54 que: "2.2.10.2 Bloqueio do PIN REQUISITO I.56: Por questões de segurança (contra ataques de adivinhação do PIN por meio de sucessivas tentativas), o módulo criptográfico deve bloquear o PIN do papel de acesso usuário após, no máximo, 5 tentativas mal sucedidas". 2.2.10.6 Bloqueio do PUK REQUISITO I.62: Por questões de segurança (contra ataques de adivinhação do PUK por meio de sucessivas tentativas), o módulo criptográfico deve bloquear o PUK após, no máximo, 5 tentativas mal sucedidas. Questionamento 07: Em relação à quantidade de visitas a serem adquiridas pelo contratante, afirmamos que a quantidade diária de emissões é em torno de 10 certificados, considerando a carga horária de 8 horas, com 01 hora de almoço e os procedimentos de validação, verificação e emissão dos certificados. Desta forma, questionamos ao cliente, se o contratante se deslocará aos pontos de atendimento da contratada para efetuar a validação presencial do saldo restante de certificados já que a quantidade de visitas é menor que a quantidade de certificados? Questionamento 08: Considerando o cenário atual do Brasil a respeito do Coronavírus (COVID-19), questionamos ao Contratante de que forma serão conduzidas as validações presenciais para as emissões dos certificados digitais? Questionamento 09: De acordo com o ITEM 3. GARANTIA - 3.1. Mídia criptográfica do tipo token USB: a) Garantia de 12 (doze) meses, contado a partir do recebimento definitivo dos produtos. b) Caso o token necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado nele armazenado, um novo token deverá ser fornecido no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data da notificação Entendemos que, se comprovado os casos onde ocorra a invalidação, revogação em decorrência da utilização indevida do certificado e mau uso dos hardwares (tokens), se por ventura o usuário danificar (por exemplo: quebrar, perder, molhar, etc) a mídia que armazena o certificado, ou no caso do usuário apagar o seu certificado da mídia, bloqueá-la por esquecimento de senha, (PIN e PUK), as despesas de nova emissão de certificado digital e troca dos hardwares será de responsabilidade da Contratante? Está correto o entendimento? Questionamento 10: De acordo com o ITEM 1.2.2. "Requisitos de Entrega e Critérios de Aceitação do Objeto". Em relação às validações, informamos que os postos de atendimento têm uma mudança constante (abrem e fecham), não sendo possível mantermos um controle sobre o fechamento ou abertura das ARs nas cidades. Diante disso entendemos que, caso a Contratada não possua posto de atendimento em algumas das cidades, as validações ocorrerão consumindo o saldo de 05 (cinco) visitas previstos no "Item 3 - Grupo 1". Está correto o entendimento? Questionamento 11: De acordo com o Referente ao ITEM 1 - "Mídia Criptográfica do tipo Token USB". Considerando o longo período contratual, perguntamos à contratante se mediante comunicado formal, poderá ser fornecido mais de um modelo de mídia criptográfica, compatível com o objeto e devidamente homologada pelo ITI (Instituto de Tecnologia da Informação) e pelo Inmetro? Afirmamos que tal necessidade não impactará no pleno atendimento do contrato."

Fechar

COMPRASNET

Pregão Eletrônico



Resposta 03/11/2020 15:17:17

Resposta da unidade requisitante 01: Segundo parecer da área técnica do Tribunal, a emissão separada das notas fiscais não impede o pagamento. Caso o recolhimento do ISS esteja previsto, ele será realizado conforme a legislação específica. Resposta da unidade requisitante 02: Conforme previsão normativa, os danos ou invalidações causados por culpa exclusiva do usuário interno do Tribunal não precisarão ser ressarcidos pela contratada. O Tribunal fornecerá nova licença e token mediante solicitação e ressarcimento por parte do usuário. "ITEM 8 do Anexo I do Edital (Termo de Referência): 13. A Fornecedora ficará obrigada a fornecer nova licença de certificado digital, a suas expensas, no caso de certificados que tenham sido invalidados por culpa exclusiva." Resposta da unidade requisitante 03: As mídias criptográficas do tipo Token USB serão adquiridas em lote "único" tal como consta no item 4.2, alínea "a" do Edital: "a) Mídias criptográficas do tipo token USB. Será adquirido num "lote" único e entregue conforme os itens 1 e 2 do subitem 1.2.2 deste Termo de Referência." Resposta da unidade requisitante 04: Se a pergunta está relacionada com o estabelecimento de um cronograma para atendimento de validações/emissões através de Visita Técnica do agente da contratada no Tribunal, então entendemos que sim, poderá ser estabelecido tal cronograma para atendimento da demanda. Resposta da unidade requisitante 05 : "Se esta pergunta se refere às visitas técnicas para emissão no Tribunal, o agente enviado pela contratada deverá comparecer com o equipamento necessário para a realização da emissão/gravação do certificado." Resposta da unidade requisitante 06: Concordamos com o entendimento da empresa que está em padrão com normativa do ITI. Resposta da unidade requisitante 07: Segundo tratativas da equipe de contratação, sim, a maior parte das licenças adquiridas será utilizada para emissão/validação em postos de atendimento da contratada, ou, caso haja disponibilidade, continuidade e ampliação do serviço, através de emissão on-line. As validações por meio de Visita Técnica no Tribunal serão destinadas, a princípio, à emissão de certificados para integrantes da alta administração. Resposta da unidade requisitante 08: "ANEXO I AO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA IMPORTANTE. Em atendimento ao determinado no Decreto Estadual nº 64.959/2020, motivado pela pandemia ocasionada pelo Covid-19, assim como às boas práticas e aos normativos que porventura venham a ser editados disciplinando a matéria, informamos que o acesso a todas as dependências deste E. TRT deve, obrigatoriamente, ser efetuado com o uso de máscaras de proteção facial. Essa obrigatoriedade deve ser observada, inclusive, pelos funcionários das empresas contratadas por este E. TRT, as quais deverão levar em consideração, nos valores a serem ofertados em suas propostas de preços, os custos com o citado EPI. Em virtude da pandemia, a fornecedora deverá obrigatoriamente atender ao decreto estadual 64.959/2020 e à res. 322 do CNJ, que dispõem sobre o uso de equipamentos de combate à disseminação do COVID-19." Resposta da unidade requisitante 09: Vide Questionamento 02. Resposta da unidade requisitante 10: Não está correto o entendimento. As Visitas Técnicas são para atendimento pontual de integrantes da alta administração do Tribunal. Resposta da unidade requisitante 11: Vide Questionamento 03.

Fechar